

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

-Visão Estratégica-

Pré-Comitê Gestor, instalação e Funcionamento

Eli Sòsinho Ribeiro

Presidente da COGEF

Subsecretário da Administração Tributária

SEFA/PA

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

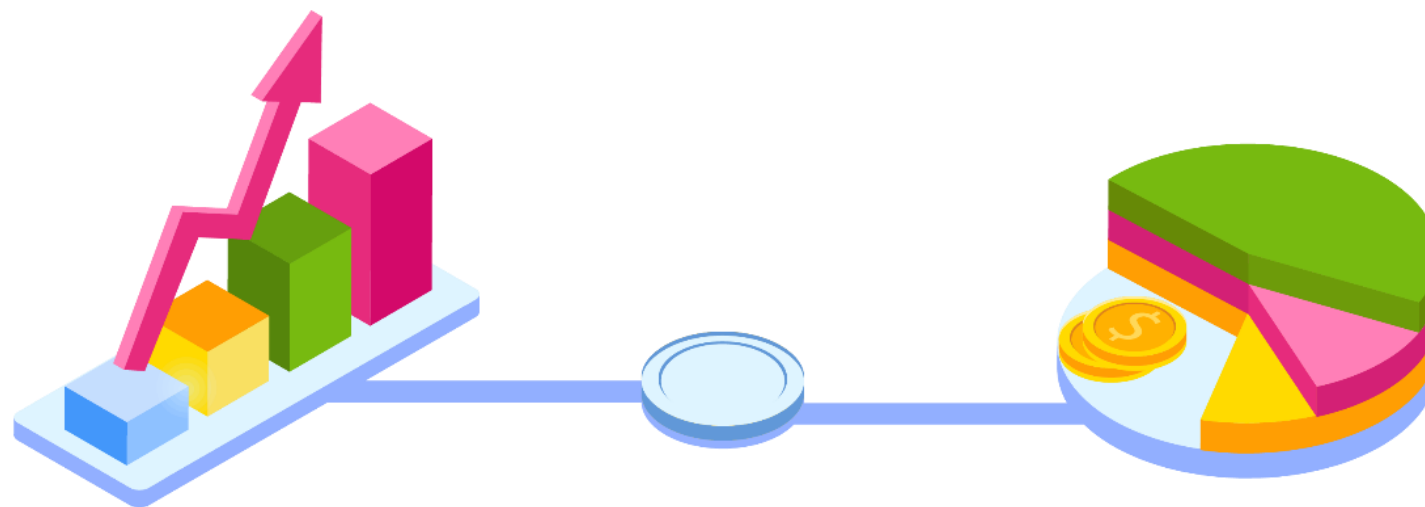
Comitê Gestor

Integração dos sistemas de administração tributária com os sistemas da administração financeira



EMENDA CONSTITUCIONAL 132

Referente a administração tributária e administração financeira dentro do Comitê Gestor.



Administração Tributária

Administração Financeira

Comitê Gestor EC 132

Art. 156-B. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, nos termos e limites estabelecidos nesta Constituição e em lei complementar, as seguintes competências administrativas relativas ao imposto de que trata o art. 156-A:

- I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;
- II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios;
- III - decidir o contencioso administrativo.

§ 1º O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Seção I - Disposições Gerais

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

- Deve ser instalado até 16 de maio de 2025
- 54 membros

Artigo 480 – Institui, até 31 de dezembro, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), entidade pública com caráter técnico e operacional sob regime especial, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Seção II - Do Conselho Superior do CGIBS

Artigo 481 – O Conselho Superior do CGIBS, instância máxima de deliberação do CGIBS, tem a seguinte composição:

- I - 27 (vinte e sete) membros e respectivos suplentes, representantes de cada Estado e do Distrito Federal; e
- II - 27 (vinte e sete) membros e respectivos suplentes, representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.

Os membros e suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo de cada Estado e do Distrito Federal; e pelos Chefes dos Poderes Executivos dos Municípios e do Distrito Federal.

Seção II - Do Conselho Superior do CGIBS

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Artigo 481

14 representantes eleitos com base nos votos de cada Município e do Distrito Federal, com valor igual para todos; e 13 representantes eleitos com base nos votos de cada Município e do Distrito Federal, ponderados pelas respectivas populações.

A escolha dos representantes dos Municípios no Conselho Superior do CGIBS será feita mediante realização de eleições por meio eletrônico, com a garantia da representação de, no mínimo, 1 (um) Município de cada região do País, podendo o Distrito Federal ser representante da Região Centro-Oeste;

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Seção II - Do Conselho Superior do CGIBS

Art. 482. - Os membros do Conselho Superior do CGIBS serão escolhidos dentre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento em administração tributária, observado o seguinte:

I - a representação titular dos Estados e do Distrito Federal será exercida pelo ocupante do cargo de Secretário de Fazenda, Finanças, Tributação ou cargo similar que corresponda à autoridade máxima da administração tributária dos referidos entes federativos; e

II - a representação dos Municípios e do Distrito Federal será exercida por membro que não mantenha, durante a representação, vínculo de subordinação hierárquica com esfera federativa diversa da que o indicou e atenda, ao menos, a um dos seguintes requisitos:

Seção II - Do Conselho Superior do CGIBS

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Art. 482

a) ocupar o cargo de Secretário de Fazenda, Finanças, Tributação ou cargo similar que corresponda à autoridade máxima da administração tributária do Município ou do Distrito Federal; Ter experiência de, no mínimo, 10 (dez) anos na administração tributária do Município ou do Distrito Federal; ter experiência de, no mínimo, 4 (quatro) anos como ocupante de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento superiores na administração tributária do Município ou do Distrito Federal; ter formação acadêmica em nível superior compatível com o cargo para o qual foram indicados.

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Seção III - Da Instalação do Conselho Superior

Art. 483. O Conselho Superior do CGIBS será instalado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de publicação desta Lei Complementar.

I - os membros titulares e suplentes do Conselho Superior do CGIBS deverão ser indicados em até 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei Complementar, mediante publicação no Diário Oficial da União:

a) pelos Chefes dos respectivos Poderes Executivos, no caso dos Estados e do Distrito Federal; ou nos termos do processo eleitoral previsto nesta Lei Complementar, no caso dos Municípios e do Distrito Federal

Comitê Gestor do IBS (CGIBS) LC 214/2025

Capítulo III

Seção III - Da Instalação do Conselho Superior

Art. 484. A União custeará, por meio de operação de crédito em 2025, o valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), reduzido de 1/12 (um doze avos) por mês que haja transcorrido até, inclusive, o mês em que se der a comunicação de que trata o inciso IV do § 1º do art. 483 desta Lei Complementar.

§ 1º Os valores a serem financiados pela União serão distribuídos em parcelas mensais iguais e sucessivas, de janeiro de 2025 ou do mês subsequente à comunicação a que se refere o inciso IV do § 1º do art. 483 desta Lei Complementar até o último mês do ano.

Comitê Gestor PLP n.108/2024

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, entidade pública sob regime especial, com sede e foro no Distrito Federal, dotado de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, relativamente à competência compartilhada para administrar o Imposto Sobre Bens e Serviços – IBS, de que trata o art. 156-A da Constituição.

I - definirá as diretrizes e coordenará a atuação, de forma integrada, das administrações tributárias e das procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as respectivas competências; e

II - terá sua atuação caracterizada pela ausência de vinculação, tutela ou subordinação hierárquica a qualquer órgão da administração pública.

Comitê Gestor PLP n.108/2024

Capítulo II

Das Competências
do CG-IBS e Das
Diretrizes Para a
Coordenação da
Fiscalização e da
Cobrança

Seção I - Das competências do Comitê Gestor

Art. 2º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, de forma integrada, exclusivamente por meio do CG-IBS, as seguintes competências administrativas relativas ao IBS:

- I - editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto;
- II - arrecadar o imposto, efetuar as compensações, realizar as retenções previstas na legislação específica, e distribuir o produto da arrecadação aos Estados, Distrito Federal e Municípios; e
- III - decidir o contencioso administrativo.

Comitê Gestor PLP n.108/2024

Capítulo III

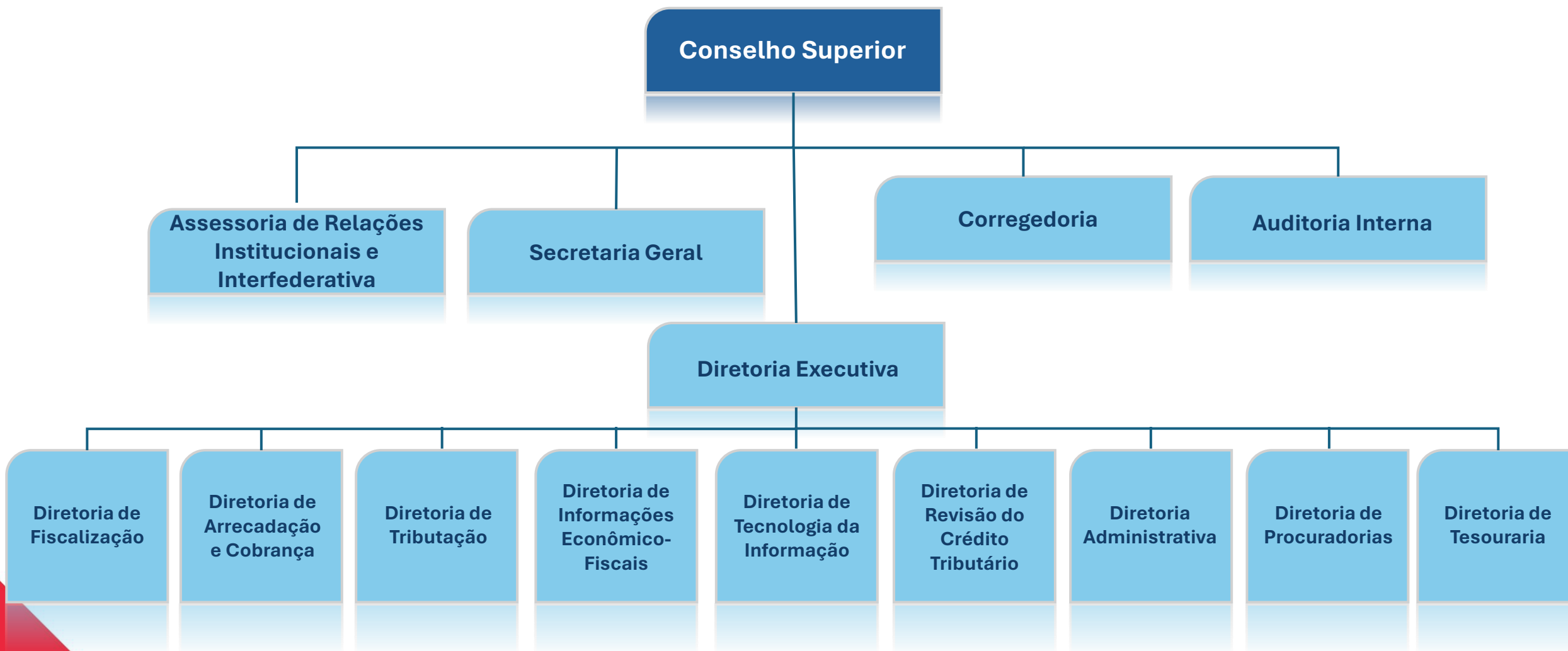
Da Estrutura
Organizacional
do CG-IBS

Seção I - Dos órgãos do Comitê Gestor

Art. 7º Integram a estrutura organizacional básica do CG-IBS: **I** - o Conselho Superior; **II** - a Diretoria-Executiva e as suas Diretorias; **III** - a Secretaria-Geral; **IV** - a Assessoria de Relações Institucionais e Interfederativas; **V** - a Corregedoria; e **VI** - a Auditoria Interna. Subseção IV Das Diretorias

Art. 30. Integram a Diretoria-Executiva: **I** - a Diretoria de Fiscalização; **II** - a Diretoria de Arrecadação e Cobrança; **III** - a Diretoria de Tributação; **IV** - a Diretoria de Informações Econômico-Fiscais; **V** - a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação; **VI** - a Diretoria de Revisão do Crédito Tributário; **VII** - a Diretoria Administrativa; **VIII** - a Diretoria de Procuradorias; e **IX** - a Diretoria de Tesouraria.

Estrutura do CG-IBS



Pré - Comitê Gestor do IBS

Grupo de Coordenação Estratégico (GCE) formado por 40 membros

10 conselheiros
titulares dos
estados
(Secretários da
Fazenda) + 10
conselheiros
suplentes

5 conselheiros
titulares dos
municípios –
representantes da
Confederação
Nacional dos
municípios + 5
conselheiros
suplentes

5 conselheiros
titulares dos
municípios-
representantes da
FNP - Frente
Nacional dos
prefeitos/prefeitas
+ 5 conselheiros
suplentes

TRATATIVAS

Modelo operacional do IBS

- Modelo Operacional (ENCAT)
- Compartilhamento de informações
- Desenvolvimento de sistemas
- Regras para ressarcimento dos custos aos entes que realizarem desenvolvimentos de soluções para o comitê gestor
- Portal de atendimento
- Ressarcimento do IBS
- Cashback
- Acompanhamento de emendas
- Vetos do PLP 108/24

FIRMADO O ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE COMSEFAZ, FNP E CNM

ATO Nº 2 DO ACT COMSEFAZ-FNP-CNM, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

O Grupo de Coordenação Estratégica (GCE) do Pré-Comitê Gestor do IBS, no uso das atribuições conferidas pelo ACT do Pré-Comitê Gestor do IBS, firmado pelas entidades em 06 de novembro de 2024, resolvem:

Art. 1º Designar, conforme disposto no Anexo I deste ato com base nas indicações feitas pelas respectivas representações, os membros das seguintes instâncias:

- I – Grupo de Coordenação Técnica Normativa (GCTN);
- II – Grupo de Coordenação Técnica Tributário-Operacional (GCTO);
- III – Grupo de Coordenação Técnica Financeiro-Operacional (GCTF);
- IV – Grupos Técnicos (GTs);

Criação dos Grupos Técnicos



GT 01 – Normas gerais

GT 02 - Operacionalização

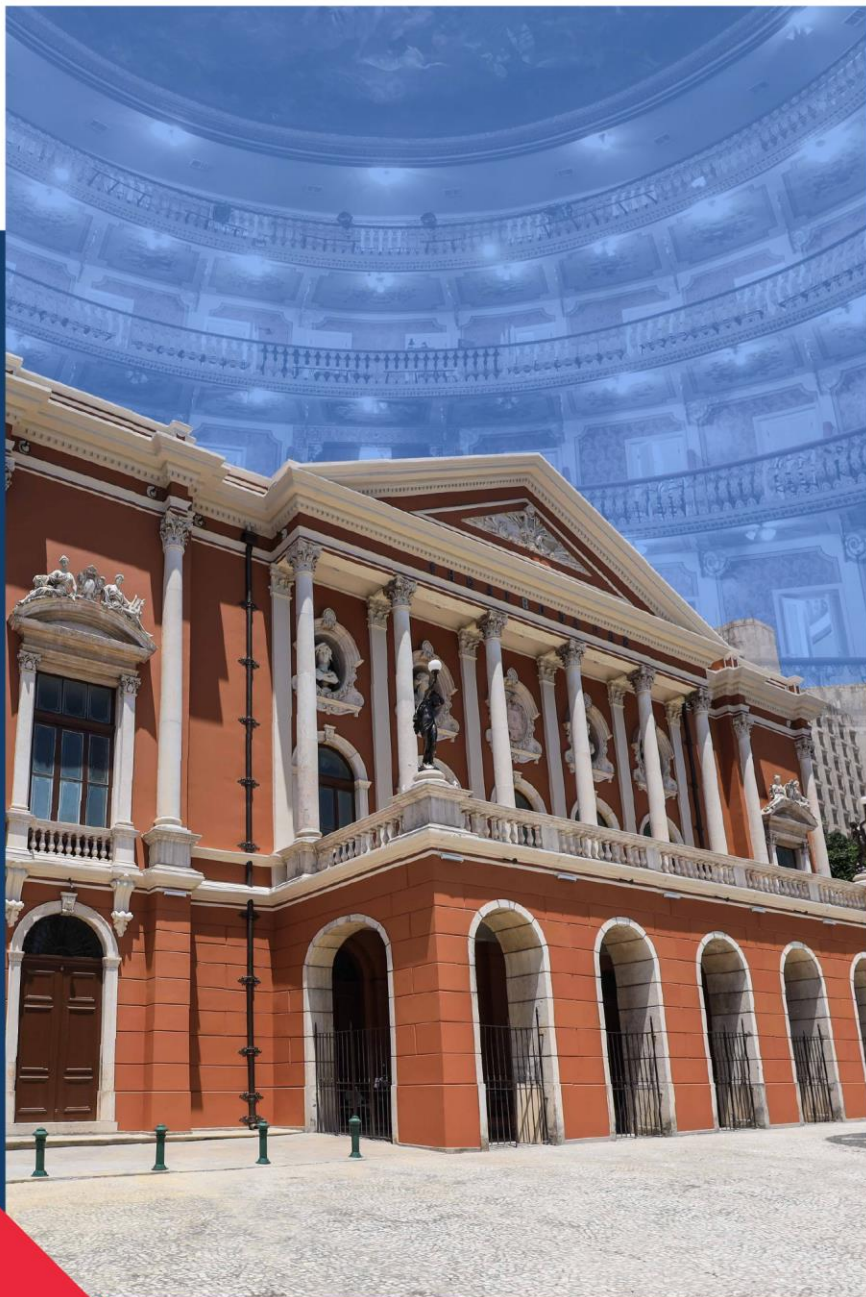
GT 03 – Fiscalização

GT04 – Regimes específicos e favorecidos

GT05 – Simples Nacional

GT06 – Quantificação

GT07 - Tesouraria



MUITO OBRIGADO!

Eli Sòsinho Ribeiro

sefagabadj@sefa.pa.gov.br